

Moreira, Vital e Domingues, José (2020). *No Bicentenário da Revolução Liberal. Os 40 dias que mudaram Portugal*. Porto: Porto Editora, 335 p., ISBN: 978-972-0-03286-7

A obra recensada é a segunda de três monografias dedicadas ao Bicentenário da Revolução Liberal, da autoria de Vital Moreira, professor catedrático jubilado da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra e conhecido constitucionalista. Entre os seus projetos de investigação em curso destacam-se os ligados à história da Revolução Liberal de 1820 e da Constituição de 1822, à história do constitucionalismo eleitoral e à história constitucional portuguesa em geral. O outro autor é José Domingues, professor auxiliar da Faculdade de Direito da Universidade Lusíada – Norte (Porto), membro do *International of Legal History* e da revista *Initium: Revista Catalana d'Historia del Dret*. É também investigador integrado do Centro de Estudos Jurídicos Económicos e Ambientais (CEJEA).

As três monografias foram publicadas entre julho de 2020 e setembro de 2021. A primeira resulta, essencialmente, de uma compilação de artigos publicados bimestralmente na revista *JN História* desde dezembro de 2017 (nº 11) até fevereiro de 2020 (nº 24), centrados no intervalo temporal que vai desde o primeiro dia da Revolução (24 de agosto de 1820) até à aprovação da primeira Constituição política portuguesa (23 de setembro de 1822). O segundo volume, intitulado *No Bicentenário da Revolução Liberal. Os 40 dias que mudaram Portugal* apresenta uma interpretação dos acontecimentos baseada nos relatos e memórias dos seus protagonistas, bem como nos testemunhos deixados na imprensa da época. O terceiro volume, por sua vez, é dedicado à vida e obra pública de José Ferreira Borges, um dos protagonistas do triénio liberal.

O objetivo primordial da obra em análise, que os autores apelidaram de «uma história diferente do habitual da Revolução de 1820» (p. 11), foi percorrer a etapa mais conturbada da primeira tentativa de implantação

do regime constitucional em Portugal, isto é, de 24 de agosto, dia da insurreição militar no Porto, até 1 de outubro de 1820, com a chegada da Junta revolucionária a Lisboa e, com ela, a consumação da Revolução. As datas escolhidas justificam-se por compreender o período de tempo em que o risco de fracasso do movimento era maior, uma vez que a Revolução começara fora da capital, mas precisava que esta se juntasse para o triunfo definitivo do levantamento.

O estudo está dividido em duas partes muito bem delimitadas. A primeira (capítulos I a IV) descreve todos os passos dados nestes agitados quarenta dias, desde a alvorada no Porto, passando pelo confronto com a Regência do Reino, pela insurreição em Lisboa e no Algarve, depois a união com o Porto e finalmente a entrada gloriosa em Lisboa. A segunda parte colige uma série de testemunhos da época que relatam, na primeira pessoa, os momentos mais críticos do processo. Os testemunhos são de duas naturezas – ora recolhidos de memórias pessoais, ora de textos que circularam na imprensa. Ficam, assim, de fora, os documentos oficiais (manifestos, proclamações, etc.) já sobejamente conhecidos e analisados, que os autores consideram não possuir a «interpretação autêntica dos factos, que só os testemunhos pessoais podem oferecer» (p. 12). Além disso, de uma forma que consideramos bastante original, a obra encerra com um «Diário da Revolução através da Imprensa» em que se reúnem e organizam cronologicamente quarenta notícias extraídas dos periódicos *Diário Nacional*, *Regeneração de Portugal*, *Génio Constitucional*, *Correio do Porto*, *Gazeta de Lisboa* e *Diário do Governo*.

A utilização, no título, da expressão «40 dias que mudaram Portugal», afirmações que principalmente em obras de carácter histórico têm muitas vezes como objetivo transformá-las em sucessos comerciais, funcionando essencialmente como truque publicitário é inspirada no título da obra de John Reed, sobre a Revolução Russa, *Os dez dias que abalaram o mundo* e é aqui fundamentada com a viragem proporcionada pelo fim do regime absolutista e consequente inauguração da era constitucional. Essa mudança, consideram os autores, é de tal ordem que «Portugal não voltaria a ser o mesmo (...) em todos os planos: político, económico, social e cultural» (p. 12). Não deixa, apesar disso, de fazer parte de uma estratégia editorial que procura levar a monografia a um público alargado e heterogéneo, como aliás afirmaram os autores na «Introdução» do primeiro volume (p. 9).

Do conjunto da obra, devemos destacar a extensa «Introdução» que antecede a descrição detalhada dos eventos suscitados pelo 24 de agosto. Consideramos fundamental, sobretudo para quem não está inteirado deste período histórico, a apresentação de um quadro que, por um lado, sintetiza as origens e as condições necessárias que se reuniram para a Revolução triunfar e, por outro, os meios que a legitimaram. Por conseguinte, quando

tomam contacto com os sucessivos capítulos que esmiúçam a história da Revolução Liberal e explicam como esta se fez passo a passo, os leitores estão já familiarizados com as linhas gerais do movimento.

Os autores procuraram também integrar as várias fases da Revolução numa perspetiva mais lata do fenómeno, indicando sempre noções simplificadas, mas eficientes, sobre o que são e como triunfam os movimentos revolucionários, criando, assim, junto do leitor, uma visão simultaneamente nacional e global dos acontecimentos. Se esta abordagem pedagógica é convidativa para um público leigo, o constante diálogo que o texto estabelece com as fontes (transcritas na segunda parte e para onde o leitor é remetido através das notas de rodapé) não só assegura a fiabilidade dos relatos, como propicia aos especialistas e estudiosos do tema uma interação diferente com os documentos com que podem (ou não) estar já familiarizados. É sabido que um dos instrumentos essenciais para o estudo do século XIX é a imprensa periódica ou de opinião. O período do triénio liberal foi particularmente profuso em periódicos, que alcançam então uma audiência cada vez mais vasta, tendo todos se reportado, com maior ou menor afincio, à conjuntura política de então. Esta abundância de informação dificulta por vezes uma perceção nítida e coeva dos acontecimentos e, por isso, é de louvar a tentativa de coletar um conjunto de notícias de cada dia daqueles meses de agosto e setembro de 1820 e que apesar de obviamente limitada nos dá pistas essenciais sobre o desenrolar da Revolução.

Outro aspeto interessante da obra em causa, relacionado com o seu carácter de compêndio, prende-se com a lata perceção com que o leitor fica daquele que é o conhecimento que hoje se tem a respeito desta fase embrionária de implantação do Liberalismo em Portugal. Da forma mais minuciosa possível, revisita-se, com efeito, a conspiração, dirigida pelo Sinédrio, que antecedeu o pronunciamento militar (p. 49); a criação da Junta Provisional do Governo Supremo do Reino e suas primeiras medidas (p. 62); a reação da Regência do Reino e suas tentativas de impedir o avanço da Revolução (p. 77); a decisão (e todo o percurso empreendido) de levar a causa do Porto para a capital (p. 71); o levantamento de 15 de setembro em Lisboa e o processo de formação do Governo Interino (p. 97) e, por fim, o célebre 1º de Outubro, dia em que a Junta Provisional do Governo Supremo do Reino faz a sua entrada triunfante na capital e se dá a união nacional dos dois Governos, de Lisboa e Porto, consolidando o projeto revolucionário (p. 119). Temos igualmente de assinalar, porque se trata de um período repleto de voltas e reviravoltas, complexo no seu desenvolvimento, a forma clara e organizada com que os autores reuniram este volume considerável de dados, respeitando a cronologia dos eventos e a participação das várias instâncias neles. De referir também a preocupação, quando da transcrição

dos testemunhos, de elaborar pequenas biografias dos protagonistas em causa, dando conta da sua contribuição no movimento.

Não obstante a inegável originalidade do estudo no que concerne à apresentação e correlação das fontes com o conteúdo expositivo, não devemos deixar de notar que estamos perante uma obra de sùmula muito mais do que de problematização. Além do que consta já dos livros de História geral e de História Contemporânea de Portugal, são de facto inúmeras as obras que se reportaram exaustivamente a este período, sendo que com a comemoração do Bicentenário da Revolução Liberal em 2020, em cuja evocação se inclui também o presente estudo, veio reforçar ainda mais essa linha historiográfica. Apesar dos autores se tentarem demarcar dessa abordagem tradicional, afirmando não se terem limitado a revisitar as versões conhecidas da Revolução, a verdade é que, à exceção do ponto que, no capítulo III, se reporta à Junta Provisória do Governo do Algarve, tópico efetivamente pouco tratado, o estudo de Vital Moreira e José Domingues passa em revista as matérias que são incontornáveis sobre o período e, por isso, comuns aos vários estudos. Distingue-se, contudo, pelo nível de detalhe com que o faz, só possível pela definição de uma baliza temporal bastante reduzida (40 dias) e de uma perspetiva de análise dos acontecimentos essencialmente descritiva.

No que se reporta às fontes documentais, ponto mais forte da obra, refira-se a publicação de uma memória, até agora inédita, de Ferreira Borges sobre o dia 24 de agosto de 1820 (p. 171), assim como um relato da adesão do Algarve ao movimento revolucionário, prova irrefutável da vitalidade do tema e de que, apesar da multiplicidade de trabalhos sobre o vintismo, continuam não só a ser pertinentes como necessárias incursões pelos vários arquivos nacionais.

Apesar de se inscrever numa corrente historiográfica que não é propriamente inédita, de revisitação e recapitulação de uma série de tópicos fundamentais do primeiro liberalismo português, o segundo volume das três monografias de Vital Moreira e José Domingues destinadas a comemorar o bicentenário da Revolução Liberal, distingue-se fundamentalmente pela originalidade com que cruzou texto e fontes. Colocando o leitor em contínua comunicação com os relatos e testemunhos da época, trazendo para o centro da obra os documentos originais, este estudo (que pretende chegar a um público transversal) revela-se útil quer para quem se depara pela primeira vez com o tema, quer para quem tem sobre ele debruçado as suas investigações.

DIANA TAVARES DA SILVA

Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras

dianasofsilva@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-9744-6591>